

Cláusulas e condições gerais aplicáveis à conta corrente do Sistema Ailos

–
Pessoa Física

Florianópolis/SC, 02 de outubro de 2019.

Índice:

| | |
|---|------------------|
| Cláusula 1. Partes | página 03 |
| Cláusula 2. Objeto | página 03 |
| Cláusula 3. Normas aplicáveis ao relacionamento das partes | página 03 |
| Cláusula 4. Efeitos do contrato | página 04 |
| Cláusula 5. Ato cooperativo | página 04 |
| Cláusula 6. Consulta e tratamento de dados pessoais | página 04 |
| Cláusula 7. Abertura da conta corrente | página 05 |
| Cláusula 8. Autoatendimento | página 06 |
| Cláusula 9. Movimentação da conta corrente | página 07 |
| Cláusula 10. Saldo da conta corrente | página 08 |
| Cláusula 11. Adiantamento ao depositante | página 08 |
| Cláusula 12. Agendamento de pagamentos | página 09 |
| Cláusula 13. Débitos automáticos | página 09 |
| Cláusula 14. Investimentos financeiros | página 10 |
| Cláusula 15. Prestação de contas por extratos | página 10 |
| Cláusula 16. Tarifas e serviço cooperativo | página 10 |
| Cláusula 17. Compensação de cheque de terceiros | página 11 |
| Cláusula 18. Talão de cheques | página 11 |
| Cláusula 19. Custódia de cheques | página 12 |
| Cláusula 20. Plano de quotas-parte | página 13 |
| Cláusula 21. Limite de crédito | página 13 |
| Cláusula 22. Produtos e serviços vinculados à conta corrente | página 14 |
| Cláusula 23. Encerramento do contrato corrente | página 15 |
| Cláusula 24. Disposições finais | página 16 |

Cláusula 1. Partes

1.1. **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA – CREDELESC**, (filiada à **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO – AILOS**, inscrita no CNPJ sob nº 05.463.212/0001-29) com sede na cidade de Florianópolis (SC), na Avenida Hercílio Luz, nº 639, 3º andar, sala 309, Bairro Centro, inscrita no CNPJ sob nº 08.850.613/0001-20, representada na forma do seu Estatuto Social, simplesmente denominada **COOPERATIVA**;

1.2. **COOPERADO(A) TITULAR**: A(s) pessoa(s) nomeada(s) e qualificada(s) na Ficha Matrícula – Pessoa Física, simplesmente denominados(as) **COOPERADO(A)**, por si e/ou por seus assistente(s), representante(s) legal(is) ou procurador(es), designado(s) como **REPRESENTANTE(S)**, também nomeado(s) e qualificado(s) no referido documento.

Cláusula 2. Objeto

2.1. As presentes Cláusulas e Condições Gerais Aplicáveis à Conta Corrente do Sistema Ailos, juntamente com a Ficha Matrícula – Pessoa Física e demais termos específicos de contratação de produtos e/ou serviços que fizer referência às presentes cláusulas, tem por objeto:

2.1.1. Disciplinar a relação jurídica entre a **COOPERATIVA** e o(a) **COOPERADO(A)**, elencando os direitos e obrigações;

2.1.2. Estipular as regras e condições de abertura, movimentação, manutenção e encerramento da conta corrente do Sistema Ailos;

2.1.3. Regular a contratação de produtos e/ou serviços disponibilizados pela **COOPERATIVA** e/ou Sistema Ailos.

2.2. Para a utilização dos produtos e/ou serviços ofertados, a **COOPERATIVA** poderá solicitar ao(à) **COOPERADO(A)** que a contratação seja individualizada e realizada por meio da assinatura física ou eletrônica do respectivo Termo de Contratação/Condições de Uso.

Cláusula 3. Normas aplicáveis ao relacionamento das partes

3.1. O(A) **COOPERADO(A)** concorda com as cláusulas e condições previstas

neste documento e na Ficha Matrícula – Pessoa Física, assim como constante nos documentos abaixo descritos, vigentes ou que venham a ser publicados posteriormente:

3.1.1. Normas e orientações publicadas pelo Banco Central do Brasil e demais órgãos reguladores;

3.1.2. Legislação que dispõem sobre a prevenção e combate aos crimes de lavagem de dinheiro/terrorismo e normas complementares editadas pelo Banco Central do Brasil, Conselho Monetário Nacional e Secretaria da Receita Federal;

3.1.3. Legislação que regula as instituições financeiras, notadamente as que se referem ao cooperativismo de crédito;

3.1.4. Estatuto Social e Regimento Interno da **COOPERATIVA**, assim como as deliberações assembleares e aquelas emanadas do Conselho de Administração e demais órgãos estatutários;

3.1.5. Política de Responsabilidade Socioambiental da **COOPERATIVA** e legislação referente à Política Nacional do Meio Ambiente, notadamente quanto a (i) vedação da destinação de recursos financeiros para finalidade ou projeto que possa causar danos ambientais ou sociais; (ii) adoção de medidas destinadas a evitar ou corrigir danos causados ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho; (iii) manutenção de situação regular junto aos órgãos do meio ambiente;

3.1.6. Demais regramentos e normas do ordenamento jurídico pertinentes ao relacionamento das partes.

3.2. O(A) **COOPERADO(A)** declara-se ciente que deverá:

3.2.1. Manter seu cadastro e informações pessoais devidamente atualizadas perante à **COOPERATIVA**, devendo comunica-la sobre qualquer alteração nos seus dados cadastrais, documentos de identificação, inclusive endereço e/ou telefone, bem como as alterações relativas ao seu enquadramento tributário;

3.2.2. Manter preferencialmente suas economias na **COOPERATIVA**;

3.2.3. Não emitir cheques sem a devida provisão de fundos;

3.2.4. Cumprir com todas as obrigações financeiras assumidas perante à **COOPERATIVA**, inclusive na condição de fiador/avalista, devedor solidário, interveniente garantidor ou corresponsável;

3.2.5. Manter saldo médio e/ou valores mínimos em quotas-parte, observados os valores estipulados pela **COOPERATIVA**.

3.3. A atualização cadastral poderá ser realizada pelo(a) **COOPERADO(A)** presencialmente nos Postos de Atendimento ou por meio dos canais de autoatendimento disponíveis ao(a) **COOPERADO(A)**;

3.4. O(A) **COOPERADO(A)** autoriza a **COOPERATIVA** entrar em contato por qualquer meio de comunicação, especialmente, mas não se limitando ao telefone, e-mail, SMS, aplicativo de mensagens instantâneas, correspondência, aplicativo mobile, dentre outros, para abordar assuntos relativos à sua conta corrente, bem como para oferta de novos produtos e/ou serviços da **COOPERATIVA**.

3.4.1. Presumir-se-ão como recebidas pelo(a) **COOPERADO(A)** as comunicações encaminhadas para os contatos constantes no seu cadastro, incluindo endereço residencial, e-mail e telefones.

Cláusula 4. Efeitos do contrato

4.1. O(a) **COOPERADO(A)** reconhece estas cláusulas e condições gerais como negócio jurídico perfeito e acabado, produzindo seus efeitos imediatamente após assinatura da Ficha Matrícula – Pessoa Física;

4.2. As presentes *Cláusulas e Condições Gerais Aplicáveis à Conta Corrente do Sistema Ailos* substituem e revogam integralmente as *Condições Gerais Aplicáveis ao Contrato de Conta Corrente e Conta Investimento* datada de 11 de outubro de 2006, sendo que as novas disposições prevalecerão sobre o contrato revogado;

4.3. O presente instrumento ficará disponível para consulta no site da **COOPERATIVA**, o qual poderá ser alterado de tempos em tempos, ficando estas cláusulas e condições gerais e as eventuais alterações investidas de plena força executiva;

4.4. Caso o (a) **COOPERADO(A)** não concorde com as novas cláusulas e condições gerais e/ou eventuais alterações, poderá comunicar a **COOPERATIVA** nos termos da cláusula de encerramento da conta corrente. A ausência da comunicação pelo(a) **COOPERADO(A)** implica seu aceite tácito às novas cláusulas e condições aplicáveis à conta corrente.

Cláusula 5. Ato cooperativo

5.1. O(A) **COOPERADO(A)** reconhece que, ao ingressar no quadro social da **COOPERATIVA** através da assinatura física ou eletrônica da Ficha Matrícula – Pessoa Física, bem como ao realizar toda e qualquer movimentação e contratação de produtos e/ou serviços, estará celebrando um Ato Cooperativo, nos termos previstos no artigo 79 da Lei Federal nº 5.764/71 e demais regras da Lei Complementar nº 130/09.

Cláusula 6. Consulta e tratamento de dados pessoais

6.1. O(A) **COOPERADO(A)** autoriza a **COOPERATIVA** e ao Sistema Ailos:

6.1.1. Realizar consulta das informações consolidadas registradas em seu nome, referente aos eventuais débitos e obrigações, prestadas pelas demais instituições financeiras ao cadastro do Sistema de Informações de Crédito – SCR do Banco Central do Brasil, ao CADIN, ao SPC e à SERASA;

6.1.2. Fornecer ao Banco Central do Brasil e outros órgãos governamentais, dados e informações sobre qualquer ocorrência de operações previstas na legislação que dispõem sobre a prevenção e combate aos crimes de lavagem de dinheiro e normas complementares, além de informações sobre eventuais débitos que venham a ser contraídos ou responsabilidades por garantias por ele(a) concedidas, para fins de inclusão dos dados no SCR;

6.1.3. Compartilhar suas informações cadastrais com outras Cooperativas Filiadas ao Sistema Ailos, instituições financeiras ou assemelhadas parceiras utilizadas para ofertas de produtos e/ou serviços, bem como com os órgãos de proteção ao crédito, na forma da legislação vigente;

6.1.4. Enviar seus dados pessoais aos órgãos públicos ou privados, administradores de banco de dados, entre outros;

6.1.5. Compartilhar as informações relacionadas a sua conta com as demais Cooperativas Filiadas ao Sistema Ailos;

6.1.6. Realizar o tratamento dos seus dados, inclusive através de empresas parceiras do Sistema Ailos, nos termos da Lei nº 13.709/18, conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

6.2. O(A) **COOPERADO(A)** está ciente da existência de obrigações internacionais

para a troca automática de informações tributárias (FATCA e CRS), e declara não possuir obrigações fiscais no exterior, em qualquer país aderente a troca de informações, sendo que, havendo alteração no status de possuidor de conta não reportável, informará à **COOPERATIVA** e apresentará a competente documentação o que inclui número de identificação fiscal.

6.2.1. Ainda assim, o(a) **COOPERADO(A)** autoriza, mesmo que sem a apresentação de declaração específica, que sejam reportadas, pela **COOPERATIVA**, para os países participantes, as informações financeiras desta conta, sempre que constatado qualquer vínculo ou obrigação tributária/fiscal de qualquer dos titulares, proprietário ou procuradores da conta, com qualquer dos referidos países reportáveis.

Cláusula 7. Abertura da conta corrente

7.1. A **COOPERATIVA** por solicitação presencial ou eletrônica do(a) **COOPERADO(A)** poderá aprovar a abertura da conta corrente, mediante o preenchimento e assinatura da Ficha Matrícula – Pessoa Física, além do envio/apresentação de documentos e assinatura do cartão de assinatura;

7.2. A **COOPERATIVA** poderá, a seu exclusivo critério, na abertura e/ou durante a manutenção da conta corrente exigir dados, documentos e declarações que entenda necessários à perfeita identificação, qualificação, localização e conhecimento do(a) **COOPERADO(A)**. A recusa no fornecimento de dados, informações, documentos e/ou declarações solicitadas poderá, a exclusivo critério desta, ensejar a não realização da transação e/ou o encerramento da conta;

7.2.1. Em caso de abertura de conta por meio eletrônico, os documentos deverão ser fornecidos no formato indicado pela **COOPERATIVA**, bem como não poderão estar rasgados e/ou mesmo ter quaisquer de suas partes rasuradas, cortadas, obstruídas, apagadas, desfocados, e/ou suprimidas de qualquer forma, ficando o(a) **COOPERADO(A)** ciente de que a **COOPERATIVA** poderá requerer novo envio o documento caso constate alguma desconformidade, ou mesmo recusar a aceitá-lo, se o mesmo não atender as necessidade para os quais foi requerido;

7.2.2. O(A) **COOPERADO(A)** declara-se ciente que a sua conta corrente e/ou produtos e serviços cadastrados e informados no momento da abertura da conta somente serão concedidos e/ou efetivamente contratados após confirmação pela **COOPERATIVA** dos dados cadastrais e documentação

pertinentes, conforme normas vigentes do Banco Central do Brasil. Caso a **COOPERATIVA** constate qualquer irregularidade nos dados ou documentos apresentados, a abertura de conta não será efetivada.

7.3. O(A) **COOPERADO(A)** reconhece que todos os atos praticados mediante aposição de senhas numéricas, senhas alfanuméricas, biometria elegível e ligações telefônicas gravadas, dentre outras formas previstas pela **COOPERATIVA**, serão registrados e arquivados em meios eletrônicos e magnéticos, sendo reconhecidos, para todos os fins de direito, como assinatura digital, como válidos, verdadeiros e processados por meios seguros e constituirão meio eficaz e prova inequívoca do das transações realizadas;

7.3.1. As senhas utilizadas para movimentação da conta corrente e/ou contratação de produtos e/ou serviços são conferidas em caráter pessoal e intransferível, devendo o(a) **COOPERADO(A)** zelar pela sua guarda. A **COOPERATIVA** não se responsabiliza por eventuais prejuízos decorrentes do uso indevido das senhas.

7.4. A conta corrente poderá ser aberta na categoria individual ou conjunta, sendo elas:

7.4.1. Conta individual: será movimentada e/ou encerrada pelo único titular;

7.4.2. Conta conjunta solidária: será movimentada por qualquer dos titulares, isoladamente ou em conjunto, declarando-se estes, desde já, Credores/Devedores Solidários entre si, nos termos previstos no art. 264 e seguintes do Código Civil. Em regra, a contratação de produtos e/ou serviços será realizada isoladamente pelo(a) **COOPERADO(A) Primeiro(a) Titular**. Havendo interesse na inclusão ou exclusão de titular(es) na conta corrente conjunta, a **COOPERATIVA** somente efetivará tal alteração mediante assinatura de todos os titulares da conta no documento específico ou por ordem de autoridade competente.

7.5. Após abertura da conta corrente, esta ficará vinculada à sede da **COOPERATIVA** ou a determinado PA (Posto de Atendimento) da **COOPERATIVA**. No caso de criação ou extinção de um PA (Posto de Atendimento) ou ainda, a pedido do(a) **COOPERADO(A)**, a **COOPERATIVA** poderá transferir a conta corrente para outro PA (Posto de Atendimento), juntamente com o respectivo saldo disponível, aplicações financeiras, produtos de créditos e eventuais débitos existentes em nome do(a) **COOPERADO(A)**.

Cláusula 8. Autoatendimento

8.1. Para acessar as informações sobre a conta corrente, realizar consultas, movimentações, transações e contratação de produtos e/ou serviços, o(a) **COOPERADO(A)** poderá utilizar os canais de autoatendimento disponibilizados pela **COOPERATIVA**, ou ainda, outros canais que venham a ser criados posteriormente à disponibilização destas cláusulas e condições gerais.

Atualmente, são disponibilizados os seguintes canais:

8.1.1. Conta Online: canal eletrônico disponível no site da **COOPERATIVA**. Após a liberação da conta online e cadastramento da senha no PA (Posto de Atendimento) da **COOPERATIVA**, o primeiro acesso deverá ser realizado pelo **COOPERADO(A)** no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a liberação, sob pena de cancelamento;

8.1.2. Aplicativo Ailos: canal digital disponibilizado para smartphone, o qual permite a realização de consultas, transações, contratação de produtos e/ou serviços;

8.1.3. Terminal de Autoatendimento: equipamento físico localizado nos PAs (Postos de Atendimento) ou em outros locais de acesso público, devidamente identificado com a marca de qualquer das Cooperativas integrantes do Sistema Ailos ou demais credenciados.

8.2. Para acesso da Conta Online e do Aplicativo Ailos, o(a) **COOPERADO(A)** deverá utilizar equipamentos com sistemas de segurança atualizados e seguir as orientações de segurança prestadas pela **COOPERATIVA**, tendo em vista que as operações realizadas por meios eletrônicos podem ser vulneráveis à ação de terceiros;

8.3. São de responsabilidade do(a) **COOPERADO(A)** todos os atos praticados em sua conta, por meio dos canais de autoatendimento, Tele Saldo e do SAC (Serviço de Atendimento ao Cooperado), ficando a **COOPERATIVA** isenta de qualquer responsabilidade por eventuais prejuízos sofridos, inclusive causados a terceiros;

8.3.1. A responsabilidade do(a) **COOPERADO(A)**, nas operações realizadas nos Terminais de Autoatendimento, somente cessará a partir da devolução do cartão à **COOPERATIVA** ou de comunicação, devidamente documentada, de seu extravio, sendo que o(a) **COOPERADO(A)** aceita como legítimas as operações realizadas em dias não úteis, bem como,

às aquelas transações realizadas e ainda pendentes de processamento, antes da comunicação da devolução do cartão.

8.4. Ainda, são disponibilizados pela **COOPERATIVA**, os serviços de Tele Saldo e SAC (Serviço de Atendimento ao Cooperado), por meio de atendimento telefônico, para realizar consultas, obter informações, solicitar, autorizar transações e contratação de produtos e/ou serviços;

8.4.1. O(A) **COOPERADO(A)** autoriza a **COOPERATIVA** a gravar e manter arquivadas as ligações telefônicas, principalmente aquelas que expressam sua concordância para realização de transações financeiras e contratação de produtos e/ou serviços. As ligações representam, para todos os fins de direito, manifestações e solicitações expressas do(a) **COOPERADO(A)**, tendo os mesmos efeitos de suas manifestações escritas.

8.5. A **COOPERATIVA**, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, poderá:

8.5.1. Disponibilizar novas informações, operações e serviços, ou excluir quaisquer daqueles ofertados na data da formalização da abertura da conta corrente;

8.5.2. Estabelecer limites para as movimentações financeiras em razão do horário de expediente bancário, dias úteis, finais de semana e/ou feriados, existência de saldo disponível na conta corrente, canal de autoatendimento, dentre outros, os quais serão divulgados pela **COOPERATIVA**, por intermédio de seus PAs (Postos de Atendimento), canais de autoatendimento ou site;

8.5.3. Rejeitar e/ou não processar as movimentações que não observarem as condições pré-estabelecidas pela **COOPERATIVA**;

8.5.4. Atualizar os canais de autoatendimento, cabendo ao(a) **COOPERADO(A)** acatá-las, sob pena de o canal tornar-se inapto;

8.5.5. Na hipótese do(a) **COOPERADO(A)** descumprir quaisquer das disposições do presente instrumento, de outros termos contratuais específicos firmados, bem como haja suspeita de inconsistências cadastrais, crimes financeiros, operações fora do padrão de uso e/ou utilização indevida da conta, a **COOPERATIVA** realizará: (i) suspensão dos acessos à conta pelos canais de autoatendimento; (ii) redução dos limites para efetuar transações; ou (iii) bloqueio dos acessos à conta corrente, não permitindo qualquer movimentação.

Cláusula 9. Movimentação da conta corrente

9.1. A movimentação da conta corrente será realizada exclusivamente pelo(s) titular(es) ou à sua ordem, conforme o caso, por meio da utilização dos serviços financeiros disponíveis nos canais de autoatendimento existentes ou que venham a ser disponibilizados, além dos canais presenciais disponibilizados pela **COOPERATIVA**, sendo eles: depósitos, saques, cartão de débito ou crédito, TED (Transferência Eletrônica Disponível), DOC (Documento de Crédito), cheques, pagamentos, dentre outros;

9.1.1. As movimentações acima indicadas, sejam elas de crédito ou débito, serão devidamente lançadas no extrato da conta corrente do(a) **COOPERADO(A)**. Eventuais diferenças, para mais ou para menos, constatadas pela **COOPERATIVA** serão igualmente creditadas ou debitadas sem prévia comunicação e/ou anuência do(a) **COOPERADO(A)**;

9.1.2. Caso o(a) **COOPERADO(A)** não atenda às condições mínimas estabelecidas nestas cláusulas e condições gerais para movimentação da conta por meio de cheques, ou esteja impedido de utilizá-los, este aceita movimentar a conta exclusivamente por outros meios disponíveis.

9.2. Em regra, as movimentações realizadas pelo(a) **COOPERADO(A)** deverão ser identificadas. Além disso, para fins de segurança mútua, poderá a **COOPERATIVA**, a seu exclusivo critério, solicitar ao(a) **COOPERADO(A)** informações adicionais ou confirmações de quaisquer movimentações por ele(a) realizadas, podendo tal contato ser realizado por meio de contato telefônico. Caso não seja possível realizar a verificação/confirmação da movimentação financeira diretamente com o(a) **COOPERADO(A)**, a **COOPERATIVA** fica, desde já, autorizada à realizar o seu estorno;

9.3. Na hipótese de conta conjunta solidária, cada um dos titulares poderá realizar movimentação da conta corrente de forma isolada, não dependendo da aprovação do outro titular, fazendo uso de todo o saldo disponível em depósito à vista, incluindo eventual limite de crédito contratado e saldo em aplicações financeiras;

9.3.1. Em situações específicas, a **COOPERATIVA** poderá solicitar a assinatura conjunta de mais de um titular para movimentação e/ou encerramento da conta corrente de acordo com a transação financeira;

9.3.2. Em regra, o valor das quotas-parte pertence ao(a) **COOPERADO(A)**

Primeiro(a) Titular, sendo que sua movimentação respeitará as regras previstas no Estatuto Social da **COOPERATIVA** e nas presentes cláusulas e condições gerais.

9.4. Na hipótese do titular da conta corrente ser menor relativamente incapaz, o assistente (pai, mãe ou responsável legal), identificado na Ficha Matrícula – Pessoa Física, desde já, autoriza e reconhece como válidas as movimentações realizadas isoladamente pelo(a) **COOPERADO(A)** menor. A ausência do assistente não será motivo para invocar a invalidade, nulidade ou anulabilidade das movimentações, presumindo-se a aquiescência do assistente, que declara conhecer que o menor tem aptidão, discernimento e maturidade suficiente para entender os atos que praticará com relação a sua conta;

9.5. A conta corrente cuja titularidade for de pessoa menor absolutamente incapaz, esta será movimentada exclusivamente pelo(s) responsável(is) legal(is) identificado(s) na Ficha Matrícula – Pessoa Física e sua alteração/substituição dependerá de sua prévia anuência;

9.6. Na hipótese do(a) **COOPERADO(A)** solicitar a realização do saque em espécie de valor superior ao limite estabelecido pelo Banco Central do Brasil ou Conselho Monetário Nacional, este(a) deverá comunicar ao PA (Posto de Atendimento) da **COOPERATIVA** responsável por sua conta corrente, com antecedência mínima de 3 (três) dias da data prevista para o saque;

9.7. A abertura, movimentação ou encerramento da conta corrente também poderá ser realizada por terceiro(s), desde que o(a) **COOPERADO(A)** o constitua como procurador, indicando seus poderes e mediante apresentação do documento comprobatório (procuração lavrada por instrumento público ou particular). A **COOPERATIVA** se reserva no direito de exigir o cumprimento de requisitos mínimos para aceitar a referida procuração e, conseqüentemente autorizar as transações financeiras solicitadas;

9.7.1. Havendo autorização de movimentação da conta corrente por terceiro procurador, qualquer alteração relativa à pessoa ou aos poderes deverão ser comunicados à **COOPERATIVA**, ficando esta isenta de responsabilidade por eventuais prejuízos que venham a ocorrer na conta corrente, no caso de não comunicação;

9.7.2. A qualquer tempo, o(a) **COOPERADO(A)** poderá solicitar formalmente a exclusão do procurador outrora cadastrado para realizar

movimentações em sua conta corrente, seja em decorrência da revogação ou desinteresse;

9.7.3. A procuração só será considerada revogada, para os efeitos legais, após a confirmação do recebimento, pela **COOPERATIVA**, do comunicado feito pelo(a) **COOPERADO(A)**. Caso não seja efetuada a comunicação à **COOPERATIVA** ou não haja confirmação pela mesma, a **COOPERATIVA** estará isenta de qualquer responsabilidade decorrente de quaisquer atos praticados pelo procurador;

9.7.4. Em caso de falecimento do(a) **COOPERADO(A)** outorgante, caberá aos herdeiros e/ou sucessores a comunicação do fato à **COOPERATIVA**, para o devido cancelamento interno da procuração.

Cláusula 10. Saldo da conta corrente

10.1. Sobre o saldo credor existente na conta corrente e disponível diariamente para o(a) **COOPERADO(A)**, em regra, não será devida qualquer remuneração por parte da **COOPERATIVA**, independente do período que permanecer disponível;

10.2. O(A) **COOPERADO(A)** autoriza a **COOPERATIVA**, em caráter irrevogável e irrevogável, a debitar da conta corrente, todas as obrigações decorrentes deste instrumento e/ou dos demais termos de contratação de produtos e/ou serviços, devidamente acrescidas dos encargos moratórios, se houver, obrigando-se o(a) **COOPERADO(A)** a manter saldo disponível e suficiente para acatar quaisquer débitos;

10.3. Caso o(a) **COOPERADO(A)** constate registro de débito e/ou crédito no extrato de origem desconhecida, obriga-se a comunicar imediatamente à **COOPERATIVA**, a fim de que esta adote as medidas cabíveis ao caso. Independentemente de qualquer manifestação, o(a) **COOPERADO(A)** autoriza, desde já, qualquer das Cooperativas Filiadas ao Sistema Ailos realizar os estornos necessários para corrigir eventuais lançamentos indevidos, provenientes de erros operacionais ou lançamentos em duplicidades ocorridos na conta, dispensando qualquer comunicação prévia;

10.4. A **COOPERATIVA** não assume obrigação de acolher ordens de débito na conta corrente sem que nela exista saldo disponível suficiente, limite de crédito contratado ou concessão de adiantamento ao depositante para suportar o débito.

Cláusula 11. Adiantamento ao depositante

11.1. A **COOPERATIVA**, em caráter de exceção, por mera liberalidade e a seu exclusivo critério, poderá acolher lançamentos de débito sem que haja saldo disponível suficiente e/ou limite de crédito contratado na conta corrente do(a) **COOPERADO(A)**, hipótese em que a **COOPERATIVA** estará concedendo ao(a) **COOPERADO(A)** adiantamento ao depositante em caráter emergencial;

11.2. A concessão do adiantamento ao depositante será tarifada, bem como incidirão impostos e encargos sobre o valor utilizado até a data de recomposição pelo(a) **COOPERADO(A)**. O adiantamento ao depositante uma vez concedido pela **COOPERATIVA** não constitui direito adquirido em favor do(a) **COOPERADO(A)**;

11.3. O(A) **COOPERADO(A)** reconhece, como dívida líquida e certa, o saldo devedor verificado em sua conta corrente, proveniente dos lançamentos de débito efetuados nos termos desta cláusula, inclusive os referentes a encargos financeiros e impostos, comprometendo-se a prover recursos para recompor este saldo devedor;

11.4. Não havendo recomposição do saldo devedor e respectivos encargos da conta corrente, incluindo as hipóteses de cancelamento do limite de crédito ou lançamentos decorrentes dos produtos/ serviços contratados, o(a) **COOPERADO(A)** autoriza a **COOPERATIVA** a adotar as seguintes providências:

11.4.1. Utilizar quaisquer valores que o(a) **COOPERADO(A)** possua na respectiva conta corrente, notadamente aplicações financeiras ou quotas-partes na forma do Estatuto Social e do Regimento Interno da **COOPERATIVA**;

11.4.2. Efetuar transferências de valores, aplicações financeiras ou quotas-partes na forma do Estatuto Social e do Regimento Interno da **COOPERATIVA** entre quaisquer contas de titularidade do(a) **COOPERADO(A)**;

11.4.3. Efetuar compensações, na forma da lei, decorrentes de créditos vencidos ou vincendos, de qualquer natureza, que o(a) **COOPERADO(A)** tenha ou venha a ter para com a **COOPERATIVA**.

11.5. Caso não seja regularizado o saldo devedor no prazo concedido, o(a) **COOPERADO(A)** estará em atraso e a **COOPERATIVA** poderá comunicar o fato

à SERASA, ao SPC e a qualquer outro órgão encarregado de cadastrar atraso de pagamento e descumprimento de obrigação contratual.

Cláusula 12. Agendamento de pagamentos

12.1. O(a) **COOPERADO(A)** poderá agendar seus pagamentos para datas futuras, por meio dos canais de autoatendimento ou presencialmente no PA (Posto de Atendimento). Para tanto, no dia agendado para pagamento, o(a) **COOPERADO(A)** compromete-se a manter saldo suficiente, incluindo limite de crédito eventualmente contratado;

12.2. A **COOPERATIVA** fica isenta de qualquer responsabilidade decorrente da não realização do pagamento agendado, nos casos de: (i) insuficiência de saldo disponível no horário do processamento; (ii) recusa do recebimento do valor pelo beneficiário do crédito; (iii) valor do pagamento ser excedente ou superior ao limite cadastrado de movimentações financeiras; (iv) outros motivos alheios à **COOPERATIVA**.

Cláusula 13. Débitos automáticos

13.1. O(A) **COOPERADO(A)** poderá cadastrar seus gastos pessoais em débito automático na conta corrente, utilizando os canais de autoatendimento ou presencialmente no PA (Posto de Atendimento), desde que os beneficiários destes gastos tenham convênio formalizado com a **COOPERATIVA**. Ao realizar e finalizar este cadastro, o(a) **COOPERADO(A)** autoriza a **COOPERATIVA** a debitar em sua conta corrente os valores destinados para pagamento dos seus gastos pessoais;

13.2. A ocorrência do primeiro débito automático dependerá do envio e agendamento deste pagamento pela empresa credora, ficando o(a) **COOPERADO(A)** obrigado(a) a quitar os compromissos por outros meios disponíveis nesse período e a **COOPERATIVA** isenta de qualquer responsabilidade pela demora neste agendamento;

13.3. O(A) **COOPERADO(A)** declara-se ciente que deverá:

13.3.1. Indicar com exatidão as informações necessárias à realização dos débitos automáticos, isentando a **COOPERATIVA** de qualquer responsabilidade decorrente de dados incorretos;

13.3.2. Manter saldo suficiente para suportar os débitos automáticos cadastrados;

13.3.3. Acompanhar, através do extrato de sua conta corrente, se os débitos automáticos foram efetivados;

13.3.4. Providenciar o pagamento dos gastos pessoais através de outro meio, caso seja constatada a ausência do débito.

13.4. A **COOPERATIVA** fica isenta de qualquer responsabilidade decorrente da não realização do pagamento agendado, nos casos de: (i) insuficiência de saldo disponível no horário do processamento; (ii) recusa do recebimento do valor pelo beneficiário do crédito; (iii) valor do pagamento ser excedente ou superior ao limite cadastrado de movimentações financeiras; (iv) valor da fatura superior àquele definido pelo(a) **COOPERADO(A)** como limite máximo cadastrado para débito automático; (v) outros motivos alheios à **COOPERATIVA**;

13.5. Os débitos automáticos são realizados pela **COOPERATIVA** respeitando as informações encaminhadas pela empresa credora/beneficiária, não havendo qualquer interferência da **COOPERATIVA**. Havendo dúvidas ou reclamações sobre a data de ocorrência do débito e/ou valor debitado, estas deverão ser enviadas diretamente à empresa credora/beneficiária;

13.6. A contratação do serviço de débito automático é realizada por prazo indeterminado e poderá ser cancelada nas seguintes situações:

13.6.1. Pela **COOPERATIVA**: (i) a qualquer tempo e a seu critério, mediante envio de comunicação ao(à) **COOPERADO(A)**; ou (ii) independente de comunicação, no caso de falta de movimentação de débito, extinção do convênio ou por solicitação da empresa credora;

13.6.2. Pelo(a) **COOPERADO(A)**: através dos canais de autoatendimento ou presencialmente no PA (Posto de Atendimento) da **COOPERATIVA**. Caso a solicitação de cadastramento do débito automático tenha sido realizada pelo(a) **COOPERADO(A)** diretamente na empresa credora/beneficiária, o cancelamento também deverá ser realizado mediante solicitação direcionada à própria empresa, não tendo a **COOPERATIVA** qualquer interferência.

Cláusula 14. Investimentos financeiros

- 14.1. A **COOPERATIVA** disponibiliza opções de investimentos, cujas regras específicas e as características encontram-se disponíveis para consulta do(a) **COOPERADO(A)** no PA (Posto de Atendimento), bem como no site da **COOPERATIVA** e nos canais de autoatendimento;
- 14.2. O(A) **COOPERADO(A)** autoriza a **COOPERATIVA** proceder a abertura de conta investimento para viabilizar a realização de suas aplicações financeiras;
- 14.3. Para realização e/ou resgate do seu investimento, o(a) **COOPERADO(A)** deverá observar os limites mínimos e máximos estabelecidos pela **COOPERATIVA**;
- 14.4. O resgate dos valores aplicados poderá ser realizado pelo(a) **COOPERADO(A)** pelos canais de autoatendimento, devendo ser respeitado o período de carência de cada investimento. Havendo resgate antes do período de carência, o(a) **COOPERADO(A)** fica ciente de que não terá direito ao rendimento;
- 14.5. Ocorrendo vencimento da aplicação financeira, esta será resgatada automaticamente e disponibilizada ao(à) **COOPERADO(A)**. Nesta hipótese, a **COOPERATIVA** fica autorizada, mas não obrigada, a realizar nova aplicação de forma automática, respeitando os mesmos limites de carência da aplicação original.

Cláusula 15. Prestação de contas por extratos

- 15.1. As movimentações na conta corrente do(a) **COOPERADO(A)** serão registradas em extratos demonstrativos de lançamentos, os quais serão disponibilizados por quaisquer meios e servirão como prova da prestação de contas pela **COOPERATIVA**;
- 15.2. O(A) **COOPERADO(A)** declara-se ciente que é sua responsabilidade acompanhar e conferir os lançamentos realizados nos extratos da sua conta corrente;
- 15.3. Presumem-se corretos os lançamentos não contestados pelo(a) **COOPERADO(A)** no prazo de 30 (trinta) dias da data do lançamento na conta corrente.

Cláusula 16. Tarifas e serviço cooperativo

- 16.1. O(A) **COOPERADO(A)** expressamente autoriza a **COOPERATIVA**, em caráter irretratável e irrevogável, a cobrar e, conseqüentemente debitar de sua conta corrente, o valor das tarifas, taxas, pacote de serviço, despesas, tributos ou outros encargos, atuais ou que venham a ser estabelecidas pela **COOPERATIVA**, decorrentes da utilização dos produtos e serviços disponibilizados, em tantos lançamentos quantos forem suas ocorrências, conforme Tabela de Tarifas disponível nos Postos de Atendimento e no site da **COOPERATIVA**;
- 16.2. A Tabela de Tarifas poderá ser alterada, a critério da **COOPERATIVA**, passando as alterações a vigorarem após o prazo fixado pelo Banco Central do Brasil, nos termos da legislação vigente;
- 16.3. O(A) **COOPERADO(A)** poderá contratar, por meio de assinatura de termo específico, um pacote de serviços contemplando os movimentações essenciais oferecidas gratuitamente pela **COOPERATIVA** e uma quantidade adicional de movimentações tarifadas pela **COOPERATIVA** para compor o Serviço Cooperativo;
- 16.3.1. A utilização de serviços (i) não compreendidos no Serviço Cooperativo contratado pelo(a) **COOPERADO(A)** ou (ii) acima da quantidade incluída no pacote ou na lista de serviços essenciais, ensejará a cobrança de tarifas avulsas, de acordo com os valores constantes na Tabela de Tarifas;
- 16.3.2. A alteração/cancelamento do Serviço Cooperativo contratado deverá ser realizada diretamente no PA (Posto de Atendimento) da **COOPERATIVA** e somente produzirá efeitos no 1º dia útil do mês subsequente.
- 16.4. A **COOPERATIVA** poderá, a seu critério, conceder descontos na mensalidade do Serviço Cooperativo em função de condições especiais negociadas com o(a) **COOPERADO(A)** ou preços diferenciados decorrentes de plano de relacionamento ou cumprimento de exigências de reciprocidade. O cumprimento das exigências será apurado mensalmente pela **COOPERATIVA** e o desconto alcançado pelo(a) **COOPERADO(A)** será aplicado no mês subsequente ao da apuração caso o(a) **COOPERADO(A)** não atenda mais as condições, voltará a pagar o preço integral do pacote;

16.5. A **COOPERATIVA** poderá, a seu critério, descontinuar quaisquer dos Serviços Cooperativos ofertados, sendo que os(as) **COOPERADOS(AS)** afetados serão migrados para o novo serviço de condição similar ou superior àquele descontinuado. Caso o(a) **COOPERADO(A)** não esteja de acordo deverá comunicar a **COOPERATIVA** formalmente;

16.6. O(A) **COOPERADO(A)** compromete-se a manter recursos disponíveis em sua conta corrente, considerando o limite de crédito contratado, para a efetivação do débito relativo as tarifas, taxas, pacote de serviço, despesas, tributos ou outros encargos. No caso de insuficiência de saldo na data da ocorrência ou escolhida para débito do Serviço Cooperativo, a **COOPERATIVA** continuará realizando novas tentativas de débito até quitação integral. Caso a insuficiência de saldo perdure por 03 (três) meses consecutivos ou mais, poderá a **COOPERATIVA** cancelar o Serviço Cooperativo contratado.

Cláusula 17. Compensação de cheque de terceiros

17.1. Os créditos representados por depósitos em cheques, sujeitos a liquidação por Câmara de Compensação, ficarão bloqueados e serão considerados disponíveis para movimentação após a efetiva compensação. O prazo de bloqueio será o estabelecido pelo Banco Central do Brasil;

17.2. A **COOPERATIVA** poderá, por mera liberalidade, antecipar o valor bloqueado do cheque e disponibilizá-lo na conta corrente do(a) **COOPERADO(A)**. Nesta hipótese, poderão incidir encargos financeiros sobre o valor liberado antecipadamente;

17.2.1. Caso o cheque seja devolvido pela instituição financeira emissora, independentemente do motivo, a **COOPERATIVA** fica autorizada a debitar da conta corrente do(a) **COOPERADO(A)** o valor outrora antecipado, bem como eventuais encargos apurados desde a data da liberação até o estorno, independentemente da existência de saldo disponível, podendo inclusive gerar adiantamento ao depositante.

17.3. O(A) **COOPERADO(A)** declara-se ciente de que após a liquidação ou pagamento dos cheques emitidos por terceiros, as vias originais que tenham sido microfilmados ou cujas imagens tenham sido armazenadas por outro meio, serão destruídas.

Cláusula 18. Talão de cheques

18.1. A **COOPERATIVA** poderá, observadas as condições previstas nestas cláusulas e na legislação vigente, autorizar o(a) **COOPERADO(A)** a movimentar a conta corrente através de cheque;

18.2. O talonário de cheques poderá ser fornecido, desde que o(s) titular(es) e/ou a conta corrente atendam os requisitos abaixo:

18.2.1. Saldo médio mínimo estabelecido pela **COOPERATIVA** e saldo suficiente para o pagamento de cheques;

18.2.2. Situação cadastral regular e atualizada há menos de 12 (doze) meses;

18.2.3. Inexistência de restrições ou irregularidades na movimentação da conta e/ou no uso de cheques, tais como emissão de cheques sem fundos, sustação ou revogação reiterada de cheques, divergência ou insuficiência de assinatura;

18.2.4. Inexistência de restrições cadastrais em nome do(s) titular(es) da conta corrente junto aos órgãos de proteção ao crédito e/ou no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo CCF;

18.2.5. Regularidade do(s) CPF perante a Receita Federal do Brasil;

18.2.6. Não tenham sido constatadas irregularidades nos dados e documentos de identificação, inclusive dos terceiros representantes;

18.2.7. O(A) **COOPERADO(A)** não tenha causado prejuízo à **COOPERATIVA** e inexista parcela de empréstimo/ financiamento vencida há mais de 30 (trinta) dias, inclusive na condição de fiador/avalista, devedor solidário ou corresponsável;

18.2.8. O(A) **COOPERADO(A)** não possua folhas de cheques não liquidadas em quantidade igual ou superior a 20 (vinte) ou 50% (cinquenta por cento) das folhas fornecidas nos últimos 3 (três) meses imediatamente anteriores.

18.3. Na ocorrência de uma ou mais hipóteses previstas na cláusula anterior, a **COOPERATIVA** poderá suspender, negar o fornecimento e/ou limitar a quantidade de folhas até efetiva regularização por parte do(a) **COOPERADO(A)**;

18.3.1. Não ocorrendo a regularização no prazo solicitado, a **COOPERATIVA** poderá proceder o encerramento da conta corrente, sem prévia comunicação;

18.3.2. Eventual fornecimento de talonário de cheques mesmo com a ocorrência de uma ou mais hipóteses previstas na cláusula acima, considera-se mera liberalidade e tolerância por parte da **COOPERATIVA**;

18.3.3. O descumprimento das disposições da Cláusula 18.2 configura infração contratual, sujeitando o(a) **COOPERADO(A)** à incidência de taxas e tarifas, além do bloqueio para emissão de novos talonários de cheques;

18.3.4. O(A) **COOPERADO(A)** está ciente que a emissão de cheques sem fundos caracteriza ilícito penal, punível pelo Código Penal.

18.4. O fornecimento de talonário de cheques está sujeito a cobrança de tarifa e/ou encargos pela **COOPERATIVA**, observada a gratuidade de até 10 (dez) folhas de cheques por mês;

18.5. O(A) **COOPERADO(A)** declara-se ciente que o cheque é uma ordem de pagamento à vista e sua apresentação não pode ser obstada pela **COOPERATIVA**;

18.6. Para registro de sustação ou revogação de cheque (conhecida contraordem), o(a) **COOPERADO(A)** deverá solicitar a realização da baixa ou cancelamento à **COOPERATIVA**, por meio de declaração contendo os números das folhas e os respectivos motivos.

18.6.1. No caso de sustação ou revogação (contraordem) decorrente de furto, roubo ou extravio, o(a) **COOPERADO(A)** deverá apresentar também Boletim do Ocorrência;

18.6.2. As solicitações de sustação ou revogação (contraordem) poderão ser realizadas, provisoriamente, por telefone ou outro meio eletrônico. Para efetivação o(a) **COOPERADO(A)** deverá realizar a confirmação no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados do registro provisório, sob pena de tornar-se sem efeito perante a **COOPERATIVA**;

18.6.3. A ausência de sustação ou revogação (contraordem) de cheque extraviado, furtado ou roubado, bem como falsificado ou adulterado implicará na responsabilidade de o(a) **COOPERADO(A)** honrar o devido pagamento;

18.6.4. O registro de sustação ou revogação (contraordem) estará sujeita a cobrança de tarifa pela **COOPERATIVA**.

18.7. O(A) **COOPERADO(A)** declara-se ciente de que após a liquidação ou

pagamento dos cheques por ele(a) emitidos, as vias originais que tenham sido microfilmados ou cujas imagens tenham sido armazenadas por outro meio, serão destruídas;

18.8. O(A) **COOPERADO(A)** poderá ser automaticamente inscrito no CCF – Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos e nos cadastros de entidades de proteção ao crédito pela **COOPERATIVA**, no caso de devolução por 02 (duas) vezes do mesmo cheque sem suficiente provisão de fundos, devolução de cheque por motivo de conta encerrada ou ainda qualquer outro motivo que venha a ser declarado pelo Banco Central do Brasil;

18.8.1 No caso de inclusão no CCF, o(a) **COOPERADO(A)** obriga-se a devolver imediatamente à **COOPERATIVA** todas as folhas de cheques não utilizadas, ou firmar declaração de que as inutilizou, sob pena dos enquadramentos cíveis e criminais pertinentes;

18.8.2 A exclusão do(a) **COOPERADO(A)** do CCF dependerá da entrega do próprio cheque que deu origem a ocorrência. Na impossibilidade de apresentação do cheque devolvido ou do extrato comprovando o pagamento, é necessária a apresentação dos seguintes documentos (i) declaração do beneficiário dando quitação ao débito, devidamente autenticada em tabelião ou abonada pelo banco endossante; (ii) cópia do cheque que deu origem à ocorrência; e (iii) certidões negativas dos cartórios de protesto relativas ao cheque, em nome do emitente.

18.9. Em razão de qualquer devolução de cheques, a **COOPERATIVA** poderá realizar a cobrança de tarifa e outros encargos do(a) **COOPERADO(A)**, conforme Tabela de Tarifas.

Cláusula 19. Custódia de cheques

19.1. O(A) **COOPERADO(A)** poderá usufruir os serviços de custódia de cheques, devendo o(s) título(s) ser(em) previamente cadastrado(s) na conta online ou entregue(s) diretamente na **COOPERATIVA** para guarda e depósito. Para tanto, a **COOPERATIVA** poderá realizar a cobrança de tarifa específica, conforme Tabela de Tarifas disponível;

19.1.1. Havendo cadastro pela conta online, o(a) **COOPERADO(A)** deverá entregar a via original do cheque diretamente no PA (Posto de Atendimento) no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contados do registro no sistema;

19.1.2. Se a data estipulada para apresentação do cheque for o dia útil seguinte ao do cadastro realizado, o(a) **COOPERADO(A)** deverá entregar a via original no PA (Posto de Atendimento) da **COOPERATIVA** na mesma data em que efetuou o cadastro;

19.1.3. Caso o(a) **COOPERADO(A)** não apresente o título de crédito em qualquer dos prazos acima, o cheque não será considerado como custodiado.

19.2. A **COOPERATIVA** poderá, a seu critério e sem motivo fundamentado, rejeitar a custódia do cheque;

19.3. O(A) **COOPERADO(A)** assume total responsabilidade junto aos emitentes dos cheques, pela data indicada para apresentação e pagamento;

19.4. O(A) **COOPERADO(A)** poderá alterar a data programada para apresentação, bem como excluir eventuais cheques em custódia, desde que observado o prazo de 2 (dois) dias úteis de antecedência da data de remessa à Câmara de Compensação. Tais alterações somente poderão ser realizadas se os cheques custodiados não estejam vinculados à operação de desconto de cheques.

Cláusula 20. Plano de quotas-parte

20.1. O(A) **COOPERADO(A)** poderá, a qualquer tempo, aderir ao plano de quotas-parte junto à **COOPERATIVA** para integralização e aumento do capital social vinculado à sua conta corrente, nos termos do Estatuto Social e Regimento Interno;

20.2. O valor mensal da quota-parte definido e contratado pelo(a) **COOPERADO(A)** será debitado mensalmente da sua conta corrente, na data pactuada. Para tanto, deverá manter saldo disponível suficiente para suportar o respectivo débito;

20.3. Havendo interesse pelo(a) **COOPERADO(A)**, o valor mensal poderá ser reajustado após o período de 12 (doze) meses em índice a ser definido pela **COOPERATIVA**.

Cláusula 21. Limite de crédito

21.1. O(A) **COOPERADO(A)** poderá solicitar à **COOPERATIVA**, mediante assinatura de termo específico, a abertura de crédito rotativo denominado

limite de crédito, destinado exclusivamente a constituir reforço de provisão da sua conta corrente. A concessão do limite está sujeita a análise de crédito pela **COOPERATIVA**;

21.2. O(A) **COOPERADO(A)** se declara ciente de que o crédito rotativo é de natureza emergencial e não deve ser usado em caráter de habitualidade;

21.3. A concessão do limite de crédito, bem como suas renovações anuais/semestrais, conforme o caso, estão sujeitas a cobrança de tarifa;

21.4. Os encargos financeiros, valor do limite de crédito e vencimento estarão definidos no termo específico assinado pelo(a) **COOPERADO(A)** e serão informados no extrato da sua conta corrente, enquanto estiver vigente;

21.4.1. Sobre o uso do limite de crédito incidirão os encargos financeiros, além dos tributos ou contribuições relativas à operação ou lançamento, os quais serão calculados e exigidos no último dia de cada mês, no vencimento ou na recomposição do limite de crédito. Fica facultado à **COOPERATIVA**, durante a vigência do contrato, alterar os encargos financeiros, aumentando-os ou diminuindo-os;

21.4.2. O limite de crédito concedido ao(à) **COOPERADO(A)** poderá ser alterado pela **COOPERATIVA**, para mais ou para menos, passando o novo limite a vigorar a partir da efetiva utilização. Caso o(a) **COOPERADO(A)** não concorde com o novo limite deverá comunicar à **COOPERATIVA**;

21.4.3. Todo e qualquer pedido de alteração do limite feito pelo(a) **COOPERADO(A)** também estará sujeito à análise de crédito pela **COOPERATIVA**;

21.4.4. Fica a **COOPERATIVA** autorizada a proceder débitos no limite do crédito rotativo concedido, independentemente de aviso prévio ao(à) **COOPERADO(A)**, para suportar os débitos indicados neste e nos demais contratos assinados.

21.5. Havendo excesso na utilização do limite de crédito pelo(a) **COOPERADO(A)** incidirão encargos calculados à mesma taxa aplicada sobre o adiantamento a depositante. Neste caso, a **COOPERATIVA** poderá adotar as providências previstas na cláusula que dispõe sobre o adiantamento ao depositante para minimizar os prejuízos financeiros;

21.6. O prazo de vencimento do contrato de limite de crédito estará descrito no

termo específico assinado pelo(a) **COOPERADO(A)**;

21.6.1. Na data de vencimento do contrato, se o(a) **COOPERADO(A)** estiver com suas obrigações assumidas perante à **COOPERATIVA** e não exista comunicação escrita em contrário de qualquer das partes, o contrato será considerado automaticamente prorrogado por período idêntico ao inicial, independentemente de qualquer outra formalidade;

21.6.2. A renovação do prazo de vigência também estará sujeita a nova análise de crédito pela **COOPERATIVA**.

21.7. O contrato de limite de crédito poderá ser rescindido por vontade da **COOPERATIVA** ou do(a) **COOPERADO(A)** mediante comunicação escrita endereçada à parte contrária. Ainda, o contrato de limite de crédito poderá ser rescindido pela **COOPERATIVA** e o limite automaticamente cancelado, independentemente de aviso prévio, notificação ou interpelação, nos seguintes casos:

21.7.1. Hipóteses previstas na cláusula de encerramento de conta corrente, no que for aplicável;

21.7.2. Infração pelo(a) **COOPERADO(A)** de quaisquer destas cláusulas ou do termo específico de contratação do limite de crédito;

21.7.3. Utilização pelo(a) **COOPERADO(A)** de valor superior ao limite de crédito contratado, mesmo que decorrente de débitos do presente instrumento.

21.8. Rescindido o contrato e cancelado o limite de crédito, independente do motivo, ou alcançada a data de vencimento do mesmo sem renovação, ocorrerá o vencimento antecipado do limite de crédito utilizado, incluindo os encargos financeiros, tornando-se exigível em sua totalidade. O(A) **COOPERADO(A)** obriga-se a manter valores suficientes para o pagamento do saldo devedor e, eventual adiantamento ao depositante gerado.

21.8.1. Inexistindo saldo suficiente, a **COOPERATIVA** procederá a compensação das obrigações com quaisquer valores que o(a) **COOPERADO(A)** possua na respectiva conta corrente ou outra conta de sua titularidade, notadamente a título de aplicações financeiras ou quotas partes na forma do Estatuto Social e do Regimento Interno da **COOPERATIVA**;

21.8.2. O(A) **COOPERADO(A)** reconhece como prova da utilização do limite de crédito e consolidação do saldo devedor o extrato da sua conta corrente, onde constam os respectivos lançamentos de débitos.

Cláusula 22. Produtos e serviços vinculados à conta corrente

22.1. Além dos produtos e serviços indicados nas presentes cláusulas, a **COOPERATIVA** também oferece os seguintes:

22.1.1. Portabilidade de Salário: permite que o(a) **COOPERADO(A)** com vínculo empregatício e que receba seu salário, proventos ou similares por meio de folha de pagamento possa escolher a **COOPERATIVA** para receber o recurso, independentemente da instituição financeira escolhida pelo empregador ou pela entidade pagadora para realizar o pagamento da folha;

22.1.2. Débito Direto Autorizado: através da contratação deste serviço todo o boleto devidamente registrado gerado contra o CPF do(a) **COOPERADO(A)** estará disponível para pagamento direto na sua conta corrente;

22.1.3. Concessão de crédito: a **COOPERATIVA** disponibiliza aos(as) **COOPERADOS(AS)** várias opções de crédito, dentre elas estão o pré-aprovado, o financiamento e o limite para desconto de cheque e de títulos. A concessão de crédito está sujeita análise pela **COOPERATIVA**;

22.1.4. Consórcios: é a modalidade de compra baseada na união dos(as) **COOPERADOS(AS)** em grupos para aquisição de serviços, imóveis, móveis planejados, contêineres, automóveis, motocicletas, caminhões, tratores, utilitários, sustentabilidade, náuticos;

22.1.5. Seguro: através da contratação de seguro automóvel, de vida, seguro residencial, dentre outros, o(a) **COOPERADO(A)** poderá se resguardar de riscos futuros no caso de eventual sinistro, desde que se enquadre nas disposições específicas relacionadas a cada seguro;

22.1.6. Previdência privada: para garantir ou complementar renda futura, o(a) **COOPERADO(A)** poderá aderir um dos planos de previdência privada ofertados pela **COOPERATIVA**;

22.1.7. Cobrança bancária: através da contratação do serviço Cobrança Bancária o(a) **COOPERADO(A)** consegue emitir e gerenciar boletos para cobrança por serviços prestados ou produtos vendidos, auxiliando no controle do fluxo de caixa.

22.2. Para mais informações acerca dos produtos e serviços, o(a) **COOPERADO(A)** poderá acessar o site da **COOPERATIVA** ou dirigir-se até o PA (Posto de Atendimento). A **COOPERATIVA** poderá, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, disponibilizar novos produtos e/ou serviços e até mesmo interromper o fornecimento daqueles que estão disponíveis, independentemente de comunicação ou concordância do(a) **COOPERADO(A)**.

Cláusula 23. Encerramento do contrato corrente

23.1. O presente contrato poderá ser rescindido por vontade da **COOPERATIVA** ou do(a) **COOPERADO(A)**, no caso de conta conjunta por todos os titulares, mediante prévia comunicação escrita endereçada à outra parte, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência;

23.2. O presente contrato também poderá ser rescindido e a conta corrente do(a) **COOPERADO(A)** encerrada, a qualquer tempo, de pleno direito, independentemente de aviso prévio, notificação, interpelação nos seguintes casos:

23.2.1. Seja constatada qualquer medida em desfavor do(a) **COOPERADO(A)** que, a critério da **COOPERATIVA**, afete sua capacidade de pagamento das obrigações contraídas, inclusive na condição de fiador/aval, devedor solidário ou corresponsável, tais como protestos, ações judiciais, demandas extrajudiciais;

23.2.2. Liquidação, falência, recuperação judicial, insolvência decretada ou requerida, intervenção judicial ou extrajudicial do(a) **COOPERADO(A)**;

23.2.3. Falta de pagamento, nas respectivas datas de vencimento, das obrigações contraídas junto à **COOPERATIVA**, inclusive na condição de fiador/avalista, devedor solidário ou corresponsável;

23.2.4. Infração pelo(a) **COOPERADO(A)** de quaisquer das cláusulas deste instrumento, dos termos específicos de contratação de produtos e/ou serviços, do Estatuto Social e/ou Regimento Interno da **COOPERATIVA** e/ou dos demais normativos do Sistema Ailos;

23.2.5. Caso o(a) **COOPERADO(A)** não mais pertença ao quadro social da **COOPERATIVA**;

23.2.6. Por ordem de qualquer autoridade competente;

23.2.7. Na hipótese de retirada/ exclusão do(a) **COOPERADO(A) Primeiro Titular** de conta corrente conjunta;

23.2.8. Existência de movimentação de valores oriundos de atividades consideradas irregulares ou ilícitas, nos termos da lei e demais normas em vigor;

23.2.9. Movimentação incompatível com a capacidade financeira do(a) **COOPERADO(A)** ou atividades desenvolvidas por este(a);

23.2.10. Pela inclusão no CCF do nome do(a) **COOPERADO(A)**, seja pela **COOPERATIVA** ou por outra instituição financeira em face da emissão de cheques sem fundos;

23.2.11. Utilização de meios inidôneos, com o objetivo de adiar pagamentos e/ou cumprimento de obrigações assumidas junto à **COOPERATIVA**;

23.2.12. Irregularidades nas informações prestadas, julgadas de natureza grave;

23.2.13. Nos demais casos a serem definidos por normas legais, pelo Banco Central do Brasil e/ou pelo Conselho de Administração da **COOPERATIVA**.

23.3. Rescindido o presente contrato, independente do motivo, ocorrerá o vencimento antecipado das obrigações existentes perante a **COOPERATIVA**, tornando-se exigível em sua totalidade e o(a) **COOPERADO(A)** obriga-se a:

23.3.1. Manter valores suficientes para o pagamento das obrigações, inclusive na condição fiador/avalista, devedor solidário ou corresponsável que estejam inadimplentes, e de cheques emitidos e ainda não liquidados;

23.3.2. Devolver o cartão e as folhas de cheques em seu poder ou firmar declaração de que os inutilizou;

23.3.3. Inexistindo saldo suficiente, a **COOPERATIVA** procederá a compensação das obrigações com quaisquer valores que o(a) **COOPERADO(A)** possua na respectiva conta corrente ou outra conta de sua titularidade, notadamente a título de aplicações financeiras ou quotas partes na forma do Estatuto Social e do Regimento Interno da **COOPERATIVA**. Eventual devolução das quotas-parte será realizada nos termos do Estatuto Social.

23.4. A conta corrente não movimentada pelo(a) **COOPERADO(A)** no período de 180 (cento e oitenta) dias corridos, será considerada inativa, estando sujeita à cobrança de tarifa de manutenção de conta inativa e consequente encerramento.

Cláusula 24. Disposições finais

24.1. A eventual tolerância por parte da **COOPERATIVA**, no exigir do cumprimento do presente contrato ou de outros termos contratuais específicos firmados, não acarretará ao cancelamento das penalidades previstas, as quais poderão ser aplicadas e exigidas a qualquer tempo, ainda que a tolerância ou a não aplicação das cominações ocorram repetidas vezes, consecutivas ou alternadamente, o que não implicará em precedentes, renovação ou modificação de quaisquer das disposições deste contrato, as quais permanecerão íntegras e em pleno vigor, como se nenhum favor tivesse ocorrido;

24.2. Para a solução amigável de eventuais conflitos relacionados à conta de depósito, o(a) **COOPERADO(A)**, poderá dirigir seu pedido ou reclamação ao PA (Posto de Atendimento) responsável pela sua conta. Ainda assim, está ainda à sua disposição o tele atendimento (0800 647 2214), e o site (www.credelesc.coop.br). Após o contato com esses canais, se o(a) **COOPERADO(A)** não estiver satisfeito com a solução apresentada, poderá recorrer à Ouvidoria (0800 644 1100, em dias úteis, 08h00min às 17h00min);

24.3. As despesas decorrentes deste contrato e demais termos específicos de contratação de produtos e/ou serviços, tais como judiciais ou extrajudiciais que a **COOPERATIVA** julgue necessária à sua legalização, ou para segurança de seus direitos, correrão por conta exclusiva do(a) **COOPERADO(A)**, constituindo parcelas de débito sujeitas aos encargos financeiros convencionados;

24.4. As partes, de comum acordo, elegem o foro da Comarca do domicílio do(a) **COOPERADO(A)**, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões resultantes do presente contrato.



www.credelesc.coop.br